

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

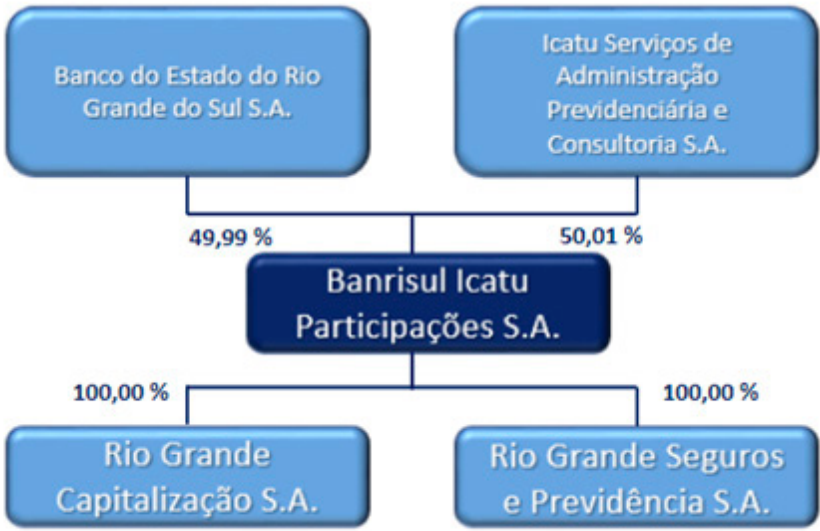
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas conforme os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia está emitindo suas demonstrações financeiras com base no conjunto completo de normas internacionais em vigor (IFRS) enquanto suas controladas operacionais (Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.) são obrigadas a emitir as suas demonstrações financeiras com base nas normas homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, essas demonstrações financeiras apresentam os impactos da norma IFRS 17/CPC 50 nos números da regulada de seguros, que divergem das informações reportadas ao órgão regulador, uma vez que a SUSEP ainda não adotou o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e manteve o IFRS 4/CPC 11 vigente.

Nessas Demonstrações, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “BIPAR” é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%. A Companhia controla as empresas que operam majoritariamente no canal bancário do Banrisul com vida, previdência e capitalização, como apresentado a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, planos de capitalização.

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo, no qual o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças relacionadas as políticas contábeis estão descritas na nota “3.13. Adoção de novas normas e interpretações”.

2. Desempenho nas Operações e Patrimonial

No ano de 2023, o resultado operacional de seguros e capitalização alcançou R\$369.249 (R\$243.274 em 2022), sendo R\$259.835 (R\$164.945 em 2022) em seguros e R\$109.414 (R\$78.329 em 2022) em capitalização. O resultado em cada segmento é apresentado em detalhes, a seguir:

No ano de 2023, para a controladora, o resultado patrimonial, foi de R\$167.075 (R\$129.859 em 2022).

Em seguros, em 2023, as receitas líquidas para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) foram de R\$246.596 (R\$159.405 em 2022). Para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de taxa variável (VFA), as receitas líquidas foram de R\$17.433 (R\$4.622 em 2022). Em contrapartida, o resultado líquido com contratos de resseguros em 2023 foi uma perda de R\$4.194 (ganho de R\$918 em 2022). Esses montantes juntos proporcionaram uma receita total de seguros de R\$259.835 em 2023 (R\$164.945 em 2022).

As receitas de capitalização, em 2023, foram de R\$109.414 (R\$78.329 em 2022).

2.1. Operação e Patrimônio

2.1.1. Seguros e Previdência

No ano de 2023, as expectativas de sinistros e outras despesas incorridas totalizaram R\$349.944 (R\$335.229 em 2022) sendo R\$344.370 (R\$331.078 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$5.574 (R\$4.151 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

As variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido, em 2023, foram de R\$12.253 (R\$ 20.084 em 2022), sendo R\$ 12.183 (R\$ 20.025 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 71 (R\$ 59 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

A margem de seguros (CSM), em 2023, foi de R\$ 145.795 (R\$ 120.497 em 2022), sendo R\$127.208 (R\$ 115.978 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 18.587 (R\$ 4.519 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

Detalhes podem ser vistos na nota explicativa 22.

2.1.2. Capitalização

Durante o ano 2023, a arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. foi de R\$738.601 (R\$558.164 em 2022), representando um aumento de 32,3%.

As receitas líquidas da Companhia, em 2023, foram de R\$140.161 (R\$109.941 em 2022), representando um aumento de 27,5%.

Os sorteios representaram, em 2023, R\$19.313 (R\$17.974 em 2022) e os custos de aquisição foram de R\$30.766 (R\$28.235 em 2022). As outras receitas operacionais líquidas, em 2023, foram de R\$ 19.332 (R\$14.597 em 2022).

Detalhes podem ser vistos na nota explicativa 24.

2.2. Despesas Administrativas e Resultado Financeiro

Durante o ano de 2023, as despesas administrativas da Companhia foram de R\$1.389 (R\$988 em 2022). Já no consolidado, em 2023, as despesas administrativas foram de R\$133.935 (R\$90.160 em 2022), representando um aumento de 48,6%, referente ao efeito no crescimento das operações das controladas.

O Grupo vem exercendo o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento no aprimoramento de seus processos.

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, em 2023, na Companhia, foram de R\$361 (R\$1.696 em 2022). No consolidado, esse montante foi de R\$54.498 (R\$79.587 em 2022), correspondendo uma redução de 31,5%.

2.3. Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$346.488 (R\$329.258 em 2022), representando um aumento de 5,2%, impactada por não haver dividendos a receber registrados na rubrica “Títulos e créditos a receber”.

O consolidado, em 2023, atingiu um ativo total de R\$ 7.210.711 (R\$5.039.782 em 2022), representando um aumento de 43,1%.

O patrimônio líquido da Companhia, em 2023, atingiu o montante de R\$346.369 (R\$306.125 em 2022), representando um aumento de 13,1%. Não havia, nessas datas, diferenças entre os patrimônios líquidos da Companhia e do consolidado.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	166.047	130.409
Constituição de reserva legal	—	(5.462)
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	4.641	1.253
Base para a distribuição de dividendos	170.688	131.662
Dividendo declarados e pagos no exercício	100.000	106.411
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	58,59%	80,82%

A Companhia é uma holding de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022.

4. Troca do acionista controlador

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

5. ASG - Ambiental, Social e Governança

O desenvolvimento sustentável é um dos nossos direcionadores estratégicos. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o nosso crescimento e perenidade, gerando valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders. Assim, nossa Estratégia de Sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em sua contribuição à sociedade, o Grupo retornou, em 2023, R\$126.754 em sinistros pagos (R\$180.112 em 2022), R\$160.000 em pagamentos de dividendos (R\$135.257 em 2022) aos acionistas, R\$205.793 pagos à serviços de terceiros (R\$182.983 em 2022), R\$ 31.366 em tributos indiretos (R\$37.813 em 2022) e R\$148.621 em tributos diretos (R\$87.462 em 2022).

O sustentável resultado da Companhia e suas controladas é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia e suas controladas possuem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$640, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguaração limitada, requeridos pelo órgão regulador.

7. Agradecimento

A Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança.

Porto Alegre, 28 de março de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
	Notas	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo						
Circulante	2.403	27.673	31.930	6.421.293	4.598.941	3.021.157
Disponível:	54	11	20	42.840	26.571	48.538
Caixa e bancos	54	11	20	8.053	13.934	4.523
Equivalentes de caixa	5	—	—	34.787	12.637	44.015
Aplicações financeiras	5	1.585	2.799	32	6.320.191	4.534.491
Ativos de contratos de resseguro	7	—	—	—	14.684	17.196
Ativos financeiros - capitalização	—	—	—	53	34	17
Outros créditos operacionais	9	—	—	36.599	13.131	66.450
Títulos e créditos a receber:	764	24.863	31.878	6.925	6.692	7.191
Títulos e créditos a receber	10	—	24.193	31.666	4.938	2.188
Créditos tributários e previdenciários	11.1.	764	670	212	1.987	4.422
Outros créditos a receber	—	—	—	—	82	—
Despesas antecipadas	—	—	—	1	826	2
Não circulante	344.045	301.585	310.177	789.418	440.841	776.202
Aplicações financeiras	5	—	—	764.667	410.106	748.770
Títulos e créditos a receber:	—	—	13	23.970	30.386	26.744
Créditos tributários e previdenciários	11.3.1.	—	—	13	10.246	16.757
Depósitos judiciais e fiscais	12	—	—	—	13.724	13.629
Outros valores e bens	—	—	—	210	—	448
Investimentos	13	343.951	301.585	310.164	—	—
Imobilizado	—	—	—	326	278	231
Intangível	94	—	—	245	71	9
Total do ativo	346.448	329.258	342.107	7.210.711	5.039.782	3.797.359

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
	Notas	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante	79	23.133	29.044	2.371.848	1.939.432	1.662.213
Contas a pagar:	79	23.133	29.044	61.438	47.652	73.963
Obrigações a pagar	14	63	23.116	29.003	48.663	35.982
Impostos e encargos sociais a recolher	15	16	41	4.054	3.184	3.111
Impostos e contribuições	11.2.	1	1	—	8.202	8.033
Outras contas a pagar	—	—	—	519	453	—
Passivos de contratos de seguro	6	—	—	1.154.307	837.014	592.070
Passivos financeiros - capitalização	15	—	—	2.147	2.500	826
Depósitos de terceiros	16	—	—	173	44	1.471
Passivos financeiros atuariais - capitalização	17	—	—	1.153.603	1.052.222	993.201
Outros débitos	—	—	—	180	—	682
Não circulante	—	—	—	4.492.494	2.794.225	1.822.083
Contas a pagar:	—	—	—	11.971	10.934	9.351
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	18.3.	—	—	—	11.971	10.934
Passivos de contratos de seguro	6	—	—	4.437.861	2.738.965	1.767.552
Outros débitos - provisões judiciais	18.2.	—	—	1.834	403	421
Tributos diferidos	11.3.2.	—	—	40.828	43.923	44.759
Patrimônio líquido	19	346.369	306.125	313.063	346.369	306.125
Capital social	118.334	118.334	91.024	118.334	118.334	91.024
Reserva de lucros	230.854	202.759	229.171	230.854	202.759	229.171
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.819)	(14.968)	(7.132)	(2.819)	(14.968)	(7.132)
Total do passivo e patrimônio líquido	346.448	329.258	342.107	7.210.711	5.039.782	3.797.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022								
(Em milhares de reais)								
	Consolidado							
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras Reservas (IFRS17/CPC50)	Reserva para dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 como previamente divulgado	91.024	18.205	127.428	—	16.400	(7.132)	—	245.925
Adoção do IFRS17/CPC 50	—	—	—	67.138	—	—	—	67.138
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	91.024	18.205	127.428	67.138	16.400	(7.132)	—	313.063
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	—	—	—	—	—	(6.784)	—	(6.784)
Outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	—	—	—	—	—	(1.052)	—	(1.052)
Dividendos adicionais propostos	—	—	(11)	—	(16.400)	—	—	(16.411)
Aumento de capital social (AGE 31/03/2022)	27.310	—	(27.310)	—	—	—	—	—
Dividendos declarados e pagos (AGE 25/07/2022)	—	—	(50.000)	—	—	—	—	(50.000)
Dividendos intermediários e pagos (AGE 30/11/2022)	—	—	—	—	—	—	(40.000)	(40.000)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	130.409	130.409
Destinação do lucro líquido								
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	(23.100)	(23.100)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	36.900	—	(36.900)	—
Constituição de reserva legal	—	5.462	—	—	—	—	(5.462)	—
Constituição de reserva estatutária	—	—	26.200	—	—	—	(26.200)	—
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	—	—	—	(1.253)	—	—	1.253	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	118.334	23.667	76.307	65.885	36.900	(14.968)	—	306.125
Reversão ajustes de outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	—	—	—	(1.052)	—	1.052	—	—
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	—	—	—	—	—	9.748	—	9.748
Outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	—	—	—	—	—	1.349	—	1.349
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGOE 30/04/2023)	—	—	—	—	(36.900)	—	—	(36.900)
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGE 31/08/2023)	—	—	(24.798)	—	—	—	(75.202)	(100.000)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	166.047	166.047
Destinação do lucro líquido								
Constituição de reserva estatutária	—	—	95.486	—	—	—	(95.486)	—
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	—	—	—	(4.641)	—	—	4.641	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.334	23.667	146.995	60.192	—	(2.819)	—	346.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
			(Reapre-sentado)	(Reapre-sentado)
Receita de contratos de seguro	22	—	—	643.380
Despesas de contratos de seguro	23	—	—	(379.351)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	22 e 23	—	—	(4.194)
Resultado de contratos de seguro e resseguro		—	—	259.835
Receita líquida com títulos de capitalização		—	—	140.161
Resultado com sorteios		—	—	(19.313)
Custo de aquisição		—	—	(30.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização		—	—	19.332
Resultado com operações de capitalização	24	—	—	109.414
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro		—	—	(30.107)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro		—	—	(2.904)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas		361	1.696	87.509
Resultado financeiro líquido	25	361	1.696	54.498
Despesas administrativas	26	(1.389)	(988)	(133.935)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	—	—	(15.244)
Resultado patrimonial	13	167.075	129.859	—
Resultado operacional		166.047	130.567	274.568
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes		—	—	307
Resultado antes dos tributos		166.047	130.567	274.568
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	—	(158)	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	—	—	3.095
Lucro líquido do exercício		166.047	130.409	166.047
Lucro básico por ação	29.1.	1,87	1,47	1,87
Lucro diluído por ação	29.1.	1,87	1,47	1,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapre-sentado)		(Reapre-sentado)
Lucro líquido do exercício	166.047	130.409	166.047	130.409
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	16.247	(11.307)	16.247	(11.307)
Outros resultados abrangentes (VJORA) - IFRS 17/CPC 50	2.401	(1.052)	2.401	(1.052)
Efeito dos tributos	(6.499)	4.523	(6.499)	4.523
Total do resultado abrangente	178.196	122.573	178.196	122.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022	
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	

1. Contexto operacional

A **Banrisul Icatu Participações S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída segundo as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 6º andar, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia tem como objetivo participar como sócia ou acionista de outras sociedades e suas controladas atuam nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e nos segmentos de capitalização.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda., e possui como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A seguir, é demonstrado a quantidade de ações pertencentes aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Composição acionária	ON	%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	44.429.999	49,99
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.	44.447.774	50,01
Total	88.877.773	100,00

Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A, pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados “Fundos Exclusivos”.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações são preparadas conforme os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Estas incluem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa.

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo, no qual o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças relacionadas as políticas contábeis estão descritas na nota “3.13. Adoção de novas normas e interpretações”.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			
(Em milhares de reais)			

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapre-sentado)		(Reapre-sentado)
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	166.047	130.409	166.047	130.409
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	—	—	281	364
Constituição/(reversão) ao valor recuperável (impairment) dos ativos	—	—	—	307
Resultado de equivalência patrimonial	167.075	129.859	—	—
Despesas com juros	—	—	6	—
Variação dos passivos de contratos de seguro	—	—	741.395	590.465
Variação dos passivos financeiros atuariais de capitalização	—	—	554.782	446.005
Variação dos tributos sobre o lucro	172	173	111.204	83.012
Variações nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	1.214	(2.767)	(2.140.261)	(1.312.993)
Ativos financeiros - capitalização	—	—	(19)	(17)
Outros créditos operacionais	—	—	(23.468)	53.319
Ativos de contratos de resseguro	—	—	2.512	(1.071)
Créditos fiscais e previdenciários	(94)	(458)	2.434	966
Ativo fiscal diferido	—	13	6.511	(1.463)
Depósitos judiciais e fiscais	—	—	(95)	(2.179)
Despesas antecipadas	—	—	826	(824)
Outros ativos	(369.535)	(259.277)	(160.503)	(138.777)
Títulos e créditos a receber	24.193	7.473	(2.668)	(467)
Outros valores e bens - direito de uso	—	—	(210)	448
Impostos e encargos sociais a recolher	(173)	(25)	870	73
Outras contas a pagar	(23.053)	(5.887)	13.784	(29.153)
Passivos financeiros - capitalização	—	—	(353)	1.674
Depósitos de terceiros	—	—	129	(1.427)
Passivos de contratos de seguro	—	—	1.274.794	625.892
Passivos financeiros atuariais - capitalização	—	—	(453.401)	(386.984)
Provisões judiciais	—	—	1.431	(18)
Tributos diferidos	—	—	(3.095)	(836)
Outros passivos	34.197	(2.090)	34.371	(2.772)
Passivo de arrendamento	—	—	258	—
Caixa das operações	43	(2.577)	127.562	53.953
Recebimento de dividendos	160.000	137.997	160.000	137.997
Tributos sobre o lucro pagos	—	(172)	(111.035)	(78.660)
Caixa líquido das atividades operacionais	160.043	135.248	176.527	113.290
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(160.000)	(135.257)	(160.000)	(135.257)
Pagamento de passivo por arrendamento	—	—	(258)	—
Caixa líquido das atividades de financiamento	(160.000)	(135.257)	(160.258)	(135.257)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	43	(9)	16.269	(21.967)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	20	26.571	48.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	54	11	42.840	26.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

O Grupo adotou as alterações do IAS 1/CPC 26 – Divulgação de Políticas Contábeis a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

3.1. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são classificados de acordo com o Modelo de Negócios;
- Os ativos e passivos sujeito à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensuração e classificação

O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.3.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.3.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acréscido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.3.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.

3.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.3.3.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, o Grupo deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

3.3.3.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas”. Os depósitos referentes a processos cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela taxa referencial (TR) + 0,5% ao mês e os fiscais atualizados monetariamente pela taxa Selic.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros valores e bens”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida na rubrica “Outros débitos” no passivo circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio, fica-se com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizar como *rating*, um grau de investimento, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizar o *capital rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levantar em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.6.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todos as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

3.6.2. PIS e COFINS diferidos

Para fins estatutários, o Grupo constitui crédito tributário de PIS e COFINS decorrente dos passivos financeiros de seguros, que são provisões que serão pagas futuramente. Essa constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados conforme os conceitos estabelecidos pelo IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda “provável”, “possível” e “remota”. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno do Grupo, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo esse ser revisto a qualquer momento, mediante qualquer alteração, segundo a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado conforme a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

O Grupo adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada “provável” exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. As provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, mas as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas nos “Passivo de sinistros incorridos – Judicial”, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são atualizadas monetariamente pela taxa Selic e os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros, historicamente determinados às causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos do Grupo e dos consultores legais independentes, e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente ao Grupo em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.9. Classificação de contratos

A controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma.

Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.5.

3.10. Passivos financeiros – capitalização

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único e mensal. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

3.10.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente de taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.10.2. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até data das demonstrações financeiras. Incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.10.3. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.10.4. Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.10.5. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.10.6. Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

3.10.7. Prescrição de títulos

Os títulos prescritos em cinco anos são baixados das provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar atendendo as disposições previstas no código civil brasileiro.

3.11. Resultado com operações de capitalização

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, o reconhecimento da receita é:

- O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
 - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela Companhia de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.
- Os correspondentes passivos financeiros de capitalização são constituídos simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.
- ### 3.12. Estimativas contábeis
- As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:
- Instrumentos financeiros (nota 3.3);
 - Valor recuperável (*impairment*) dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 3.3.3);
 - Valor recuperável dos créditos tributários (nota 3.6.);
 - Valor das provisões judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (“possível”, “provável” e “remota”) (nota 3.7);
 - Passivo dos contratos de capitalização (nota 3.10); e
 - Passivos de contratos de seguro (nota 3.13.2).

Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.13. Adoção de novas normas e interpretações

3.13.1. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substitui o IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e tem como data de adoção em 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

- Classificação e mensuração de ativos financeiros;
- Redução ao valor recuperável (*impairment*); e
- Contabilização de *hedge*.

A adoção do normativo pelo Grupo trouxe mudanças na apresentação das informações relacionadas aos instrumentos financeiros e sobre a avaliação do valor recuperável, porém não teve efeito sobre o modelo de contabilização do Grupo não gerando efeito retrospectivo nos saldos contábeis.

3.13.2. IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguro

O IFRS 17/CPC 50 substitui o IFRS4/CPC 11 – Contratos de Seguros e tem como data de adoção em 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos nos comparativos. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Como resultado desta adoção, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS4/CPC 11 e IFRS17/CPC 50, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira do Grupo.

As novas políticas relacionadas a esta norma estão destacadas a seguir:

3.13.2.1. Avaliação dos contratos de seguro e resseguro

O IFRS17/CPC 50 é aplicável a todos os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, que emitam, contratos de resseguro mantidos e contratos de investimentos com características de participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora. O Grupo avaliou os seus contratos de seguros emitidos, resseguro mantidos e considerou que esses encontram-se dentro do alcance do novo normativo, com exceção dos produtos de capitalização.

Os produtos de capitalização não estão incluídos no escopo de aplicação do IFRS 17/CPC 50, uma vez que não apresentam um risco segurado significativo de uma outra parte, no qual aceita compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto afetar de modo negativo o segurado. Esses produtos estão no escopo do IFRS 9/CPC48.

Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

3.13.2.2. Separação de componentes

O IFRS 17/CPC 50 define que, após classificar os contratos em seu escopo, a entidade deve avaliar se esses possuem:

- Algum derivativo embutido;
- Componentes distintos de investimento; ou
- Um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro.

Um componente de investimento é distinto se o fluxo de caixa não estiver altamente interrelacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição.

Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.

O Grupo avaliou os contratos no escopo do novo normativo e concluiu não haver componentes a serem separados.

3.13.2.3. Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17/CPC 50 exige que os contratos de seguro emitidos e resseguro mantidos sejam agregados com base em riscos semelhantes e administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras, ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses e depois divididos em três categorias:

- Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
- Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Essas agregações são denominadas grupos de contratos.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indícios de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

(I) A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.

1. A carteira Habitacional contempla produtos que possibilitam o pagamento das parcelas de dívida do segurado correspondente ao saldo devedor a vencer na data do sinistro relativo ao financiamento para aquisição, reforma ou construção do imóvel, ou a reposição desse, na ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;

2. A carteira Prestamista/Rural contempla produtos cujo objetivo é amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo devedor até o limite do capital segurado contratado, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;

3. A carteira Vida Individual contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável; e

4. A carteira Vida em Grupo contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável.

(II) A carteira Previdência foi dividida em dois grupos: carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência.

1. A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que, ao longo do período de pagamento do benefício, garantem um valor mensal vitalício ou por prazo determinado, a depender da escolha do participante, calculado com base na taxa de juros, na sobrevivência da tábu biométrica e na atualização monetária anual; e

2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem pagamento de renda, no caso de morte e/ou invalidez do segurado.

(III) A carteira Resseguro Mantido contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora.

3.13.2.4. Limite contratual

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo IFRS 17/CPC 50, os fluxos de caixa estão incluídos no âmbito dos contratos de seguro quando decorrem de compromissos e direitos existentes durante o período das demonstrações financeiras. Isso ocorre quando a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade seja obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado.

Considera-se como limite contratual, para fins de projeção de fluxos de caixa, a data a partir da qual a entidade tem a capacidade de reavaliar os riscos e estabelecer novos prêmios ou alterar as bases técnicas da cobertura dos contratos de seguro.

3.13.2.5. Reconhecimento inicial

O Grupo reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

- O início do período de cobertura do grupo de contratos;
- A data de vencimento do primeiro pagamento do primeiro titular de apólice no grupo; ou
- A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem os critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

3.13.2.6. Modelos de mensuração

Para mensurar o passivo de cobertura remanescente (LRC – *Liability for Remaining Converge*) dos seus contratos de seguros emitidos e resseguro mantidos, o Grupo aplica o modelo de mensuração geral (BBA - *Building Block Approach*), o modelo de taxa variável (VFA - *Variable Fee Approach*) e o modelo de alocação de prêmios (PAA - *Premium Allocation Approach*).

No modelo de mensuração geral (BBA), os contratos de seguros emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de:

- Fluxos de caixa fu tuos estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo e acrescidos de ajuste de risco não financeiro; e
- A margem contratual de seguros (CSM – *Contractual Service Margin*).

O Grupo aplica essa abordagem de mensuração às carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Risco Previdência. Como variação do BBA, o modelo de taxa variável (VFA) segue os mesmos princípios desse, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da CSM. Essa abordagem de mensuração é aplicada a contratos de participação direta que são contratos de

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. Itens subjacentes são definidos como itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro como, por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específicos dos ativos líquidos da entidade.

Para a carteira de PGBL/VGBL elaboramos um estudo qualitativo e quantitativo que confirmou a classificação destes contratos como contratos de seguros com características de participação direta substancialmente relacionados a um investimento, sendo mensurados pelo modelo VFA.

Além do BBA e do VFA, o IFRS 17/CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o modelo de alocação de prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável a contratos com limite contratual de um ano ou menos e a contratos para os quais o Grupo, razoavelmente, espera-se que o passivo de cobertura remanescente não difira materialmente daquela sob o BBA. Embora o Grupo não emita contratos de resseguro, esse possui contratos cedidos a resseguradoras e aplica o modelo de mensuração PAA, por esses contratos atenderem os critérios supracitados.

3.13.2.7. Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguros como o total:

(I) Dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem as estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo, e o ajuste de risco não financeiro; e

(II) Da margem de serviço contratual – CSM.

Os fluxos de caixa futuros projetados consideram a expectativa média de entradas e saídas de caixa relacionadas ao grupo de contratos de seguro dentro do limite de cada contrato no grupo em cada data de avaliação. Os principais fluxos considerados nos fluxos de entrada são: as contribuições, os aportes e prêmios; e nos fluxos de saída, os resgates, os benefícios, os sinistros e despesas.

Para a projeção desses fluxos são definidas premissas com base na experiência passada do Grupo e com base em referência e parâmetros de mercado. Dentre as principais premissas utilizadas estão: a taxa de conversão em renda, a taxa de resgate e portabilidade, novas contribuições para planos de previdência, a taxa de cancelamento, a sinistralidade e a taxa de sobrevivência.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros ocorridos.

Na mensuração subsequente, os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste de risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como seguem:

(I) Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM;

(II) Alterações relacionadas aos serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado; e

(III) Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nos fluxos de caixa futuros estimados: reconhecidos como receitas ou despesas financeiras de seguro.

As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

(I) Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa;

(II) Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente; e

(III) Mudanças no ajuste de risco não financeiro que se relacionam aos serviços futuros.

Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos.

(I) O passivo para a cobertura remanescente inclui:

1. Os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem os serviços que serão prestados nos termos contratuais em períodos futuros; e

2. Qualquer CSM remanescente nessa data.

(II) O passivo de sinistros incorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas não avisados.

3.13.2.8. Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Essa pode ser construída a partir de duas metodologias: *top-down* ou *bottom-up*. A metodologia utilizada pelo Grupo é a *bottom-up*.

O cálculo da taxa de desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, considera-se a ETTJ prefixada, sobre a qual se acrescenta o prêmio de iliquidez para os grupos de contratos de seguro que não apresentam liquidez elevada. Os efeitos da taxa de desconto são registrados no resultado do exercício.

As taxas de desconto utilizadas pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa no fechamento destas Demonstrações são:

	1 ano		3 anos		5 anos		10 anos		20 anos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BBA	0,84%	1,13%	0,95%	1,12%	0,98%	1,14%	0,97%	1,15%	0,95%	1,15%
VFA	0,76%	1,05%	0,87%	1,05%	0,90%	1,07%	0,90%	1,07%	0,88%	1,07%
PAA	0,76%	1,05%	0,87%	1,05%	0,90%	1,07%	0,90%	1,07%	–	–

(*) Os contratos mensurados pelo PAA só possuem saldos maiores que um ano no passivo de sinistros incorridos.

3.13.2.9. Ajuste de Risco não financeiro (RA)

O ajuste de risco não financeiro (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo optou pela metodologia do nível de confiança para todas as carteiras.

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base. O percentil equivalente ao ajuste de risco não financeiro é de 75% para todas as carteiras em todos os períodos apurados.

3.13.2.10. Reconhecimento da margem contratual de seguros (CSM)

A margem contratual de seguros (CSM) de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ocorra a prestação dos serviços. No reconhecimento inicial, o resultado dos nossos fluxos de caixa de cumprimento contratual representou uma entrada líquida, portanto o Grupo não tem contratos onerosos.

O valor da CSM para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir a prestação das coberturas dos contratos de seguro. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à CSM no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a alocação da CSM é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao longo de vigência do contrato, levando em consideração os seguintes componentes:

(I) Vida: Capital segurado para contratos com coberturas de capital segurado fixo; Quantidade de ativos para contratos com coberturas de capital variável/vinculado;

(II) Previdência: Acumulação - saldo acumulado; concessão - renda; pecúlio e renda.

O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

A CSM em cada data base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

(I) CSM de novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;

(II) Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício;

(III) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a serviços futuros; e

(IV) O valor reconhecimento como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

3.13.2.11. Abordagem de transição

Segundo o IFRS 17/CPC 50, a entidade deve aplicar a abordagem retrospectiva total para os grupos de contratos de seguro na data de transição, a menos que essa seja impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem ao valor justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da abordagem retrospectiva modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a abordagem do valor justo.

O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguros que serão mensurados de acordo com o PAA, correspondente à carteira: Resseguro Mantido.

Para os contratos mensurados pelo BBA e VFA, o Grupo utilizou a abordagem de transição ao valor justo para os contratos nas carteiras: Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo, PGVL/VGBL e Risco Previdência.

A decisão de utilizar a abordagem ao valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.

Sob a abordagem ao valor justo, a margem contratual de seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

3.13.2.12. Reconhecimento da receita de seguros

O Grupo emite contratos de seguros e no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz seu passivo de cobertura remanescente (LRC) e reconhece a receita de seguros, que é mensurada pelo valor que o Grupo espera receber em troca da prestação das coberturas dos contratos de seguro.

Para grupos de contratos de seguro mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no LRC devido a:

(I) Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;

(II) Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;

(III) O valor a ser liberado da margem contratual de seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e

(IV) Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios, sinistros e despesas relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo. Ao aplicar o modelo de alocação de prêmios (PAA), o Grupo mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o Grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, o Grupo estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

3.13.2.13. Despesas de contratos de seguro e resseguro

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguro emitidos são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas, compreendendo os seguintes itens:

(I) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;

(II) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores, relacionadas a coberturas passadas;

(III) Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;

(IV) Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;

(V) Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e

(VI) Mudanças no passivo de cobertura remanescente (LRC) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a margem contratual de seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguro pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para esses contratos que são mensurados pelo modelo PAA, a alocação de prêmios de resseguro pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços prestado.

3.13.2.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem as variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

Para as carteiras mensuradas de acordo com o modelo de mensuração geral (BBA) e de alocação de prêmios (PAA), o Grupo optou pela desagregação das receitas e despesas financeiras de seguros em valores apresentados no resultado do período e valores apresentados em resultados abrangentes, segundo o IFRS 17/CPC 50.

Os valores apresentados em resultados abrangentes são aqueles decorrentes da diferença entre o fluxo de cumprimento contratual descontado a valor presente pela taxa corrente e o mesmo fluxo descontado pela taxa do reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro.

3.13.15. Representação para fins de comparabilidade

Segundo o IASB/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve alterar sua política contábil resultante da adoção de novo pronunciamento contábil. O IFRS 17/CPC 50 traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, dessa forma, apresentamos a seguir a reconciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado com os efeitos da adoção inicial:

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 01/01/2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	3.091.997	(70.840)	3.021.157
Disponível:	48.538	–	48.538
Caixa e bancos	4.523	–	4.523
Equivalentes de caixa	44.015	–	44.015
Aplicações financeiras	2.882.834	–	2.882.834
Créditos das operações com seguro e resseguro:	45.796	(45.796)	–
Prêmios a receber	26.862	(26.862)	–
Operações com seguradoras	9.487	(9.487)	–
Operações com resseguradoras	9.447	(9.447)	–
Créditos das operações com previdência complementar	70	(70)	–
Provisões técnicas – ativos de resseguro	9.389	(9.389)	–
Custos de aquisição diferidos:	31.710	(31.710)	–
Seguros	31.676	(31.676)	–
Previdência	34	(34)	–
Ativos de contratos de resseguro	17	–	16.125
Ativos financeiros – capitalização	66.450	–	66.450
Outros créditos operacionais	7.191	–	7.191
Títulos e créditos a receber:	1.803	–	1.803
Títulos e créditos a receber	1.803	–	1.803
Créditos tributários e previdenciários	5.388	–	5.388
Despesas antecipadas	2	–	2
Não circulante	811.064	(34.862)	776.202
Aplicações financeiras	748.770	–	748.770
Provisões técnicas – ativos de resseguro	3.347	(3.347)	–
Custos de aquisição diferidos:	31.515	(31.515)	–
Seguros	31.439	(31.439)	–
Previdência	76	(76)	–
Títulos e créditos a receber:	26.744	–	26.744
Créditos tributários e previdenciários	15.294	–	15.294
Depósitos judiciais e fiscais	11.450	–	11.450
Outros valores e bens	448	–	448
Imobilizado	231	–	231
Intangível	9	–	9
Total do ativo	3.903.061	(105.702)	3.797.359

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 01/01/2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	1.795.464	(133.251)	1.662.213
Contas a pagar:	75.778	(1.815)	73.963
Obrigações a pagar	67.171	–	67.171
Impostos e encargos sociais a recolher	3.111	–	3.111
Impostos e contribuições	5.496	(1.815)	3.681
Provisões técnicas com seguros e resseguros:	40.553	(40.553)	–
Prêmios a restituir	10.639	(10.639)	–
Operações com seguradoras e resseguradoras	29.914	(29.914)	–
Débitos das operações com previdência complementar	156	(156)	–
Provisões técnicas – seguros	640.701	(640.701)	–
Provisões técnicas – previdência complementar	42.096	(42.096)	–
Passivos de contratos de seguro	–	592.070	592.070
Passivos financeiros – capitalização	826	–	826
Depósitos de terceiros	1.471	–	1.471
Passivos financeiros atuariais – capitalização	993.201	–	993.201
Outros débitos	682	–	682
Não circulante	1.861.672	(39.589)	1.822.083
Contas a pagar:	9.351	–	9.351
Outras contas a pagar – obrigações fiscais	9.351	–	9.351
Provisões técnicas – seguros	1.712.911	(1.712.911)	–
Provisões técnicas – previdência complementar	138.989	(138.989)	–
Passivos de contratos de seguro	–	1.767.552	1.767.552
Outros débitos – provisões judiciais	421	–	421
Tributos diferidos	–	44.759	44.759
Patrimônio líquido	245.925	67.138	313.063
Capital social	91.024	–	91.024
Reserva de lucros	162.033	67.138	229.171
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.132)	–	(7.132)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.903.061	(105.702)	3.797.359

Abaixo demonstramos os efeitos de reapresentação em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	4.669.901	(70.960)	4.598.941
Disponível:	26.571	–	26.571
Caixa e bancos	13.934	–	13.934
Equivalentes de caixa	12.637	–	12.637
Aplicações financeiras	4.534.491	–	4.534.491
Créditos das operações com seguro e resseguro:	48.477	(48.477)	–
Prêmios a receber	29.001	(29.001)	–
Operações com seguradoras	7.404	(7.404)	–
Operações com resseguradoras	12.072	(12.072)	–
Créditos das operações com previdência complementar	82	(82)	–
Provisões técnicas - ativos de resseguro	8.797	(8.797)	–
Custos de aquisição diferidos:	30.800	(30.800)	–
Seguros	30.763	(30.763)	–
Previdência	37	(37)	–
Ativos de contratos de resseguro	–	17.196	17.196
Ativos financeiros – capitalização	34	–	34
Outros créditos operacionais	13.131	–	13.131
Títulos e créditos a receber:	6.692	–	6.692
Títulos e créditos a receber	2.188	–	2.188
Créditos tributários e previdenciários	4.422	–	4.422
Outros créditos a receber	82	–	82
Despesas antecipadas	826	–	826
Não circulante	474.580	(33.739)	440.841
Aplicações financeiras	410.106	–	410.106
Provisões técnicas - ativos de resseguro	4.666	(4.666)	–
Custos de aquisição diferidos:	29.073	(29.073)	–
Seguros	29.017	(29.017)	–
Previdência	56	(56)	–
Títulos e créditos a receber:	30.386	–	30.386
Créditos tributários e previdenciários	16.757	–	16.757
Depósitos judiciais e fiscais	13.629	–	13.629
Outros valores e bens	–	–	–
Imobilizado	278	–	278
Intangível	71	–	71
Total do ativo	5.144.481	(104.699)	5.039.782

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	2.025.044	(85.612)	1.939.432
Contas a pagar:	59.814	(12.162)	47.652
Obrigações a pagar	45.709	(9.727)	35.982
Impostos e encargos sociais a recolher	3.184	-	3.184
Impostos e contribuições	10.468	(2.435)	8.033
Outras obrigações a pagar	453	-	453
Débitos das operações com seguros e resseguros:	25.576	(25.576)	-
Prêmios a restituir	16	(16)	-
Operações com seguradoras e resseguradoras	11.386	(11.386)	-
Corretores de seguros e resseguros	14.174	(14.174)	-
Débitos das operações com previdência complementar	120	(120)	-
Provisões técnicas – seguros	828.837	(828.837)	-
Provisões técnicas – previdência complementar	47.245	(47.245)	-
Passivos de contratos de seguro	-	837.014	837.014
Passivos financeiros - capitalização	2.500	-	2.500
Depósitos de terceiros	8.730	(8.686)	44
Passivos financeiros atuariais – capitalização	1.052.222	-	1.052.222
Outros débitos	-	-	-
Não circulante	2.878.145	(83.920)	2.794.225
Contas a pagar:	10.934	-	10.934
Outras contas a pagar – obrigações fiscais	10.934	-	10.934
Provisões técnicas – seguros	2.696.242	(2.696.242)	-
Provisões técnicas – previdência complementar	170.566	(170.566)	-
Passivos de contratos de seguro	-	2.738.965	2.738.965
Outros débitos – provisões judiciais	403	-	403
Tributos diferidos	-	43.923	43.923
Patrimônio líquido	241.292	64.833	306.125
Capital social	118.334	-	118.334
Reserva de lucros	136.874	65.885	202.759
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.916)	(1.052)	(14.968)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.144.481	(104.699)	5.039.782

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)
Prêmios ganhos	691.552	(691.552)	–
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	339.637	(339.637)	–
Receita de contratos de seguro	–	660.565	660.565
Receita de contratos de seguro	1.031.189	(307.624)	(660.565)
Sinistros ocorridos	(161.599)	161.599	–
Variação de outras provisões técnicas	(339.981)	339.981	–
Custo de aquisição	(237.985)	237.985	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	(16.144)	16.144	–
Despesas de contratos de seguro	–	(496.538)	(496.538)
Despesas de contratos de seguro	(755.709)	259.171	(496.538)
Resultado com operações de resseguro	(229)	229	–
Receita/(despesas) líquidas com contratos de resseguro	–	918	918
Receita/(Despesas) de contratos de resseguro	(229)	1.147	918
Resultado de contratos de seguro e resseguro	275.251	(110.306)	164.945
Receita líquida com títulos de capitalização	109.941	–	109.941
Resultado com sorteios	(17.974)	–	(17.974)
Custo de aquisição	(28.235)	–	(28.235)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	14.597	–	14.597
Resultado com operações de capitalização	78.329	–	78.329
Resultado financeiro	97.633	(97.633)	–
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	–	4.196	4.196
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	–	(1.872)	(1.872)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	–	77.263	77.263
Resultado financeiro líquido	97.633	(18.046)	79.587
Despesas administrativas	(194.583)	104.423	(90.160)
Despesas com tributos	(37.813)	37.813	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	(15.973)	(15.973)
Resultado operacional	218.817	(2.089)	216.728
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes	307	–	307
Resultado antes dos tributos	219.124	(2.089)	217.035
Imposto de renda e contribuição social corrente	(87.462)	–	(87.462)
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	836	836
Lucro líquido do exercício	131.662	(1.253)	130.409

3.14. Informações por linhas de negócio operacionais

O Grupo oferece produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, predominantemente na região sul. Embora não haja uma obrigação regulatória de divulgar informações por segmento de acordo com o IFRS 8/CPC 22, o Grupo optou por estruturar suas operações comerciais com base nesse referencial. Tal decisão visa adequar suas linhas de negócio operacionais por meio de critérios qualitativos e quantitativos, levando em consideração as semelhanças entre os serviços e produtos oferecidos. Isso possibilita a determinação de segmentos reportáveis que melhor refletem a estrutura e a diversidade das atividades do Grupo:

(I) Vida: considera os produtos das carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Resseguro (nota 3.13.3);

(II) Previdência: considera os produtos das carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência (nota 3.13.3);

(III) Capitalização: considera os produtos da carteira de capitalização de pagamento único (PU) e mensal (PM); e

(IV) Outros: considera os ativos, passivos, receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 21.

4. Gestão de riscos

Em decorrência da natureza do negócio em que o Grupo atua, existe uma exposição natural a riscos específicos. Por essa razão, há a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de insegurança nos seus objetivos, o Grupo adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. Com o propósito de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, alinhada às melhores práticas de mercado, o Grupo dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio desses que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- (I) Primeira linha de defesa: composta pelas áreas que executam as atividades relacionadas as entregas de produtos e serviços do Grupo, incluindo aquelas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- (II) Segunda linha de defesa: composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo; e
- (III) Terceira linha de defesa: composta pela área de auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas supracitadas.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o comitê de gestão de risco, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, a determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Ao controlar o risco de subscrição com políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

O Grupo subscrive seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, visando obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para as carteiras, é adotada política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destaca-se que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos nos quais são formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo cede riscos por meio de contratos de resseguro para limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre conforme a política de resseguro e diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1. Principais riscos associados aos seguros de vida

Os principais riscos associados aos seguros de pessoas são: risco de mortalidade; de morbilidade e de invalidez. Eles representam desafios significativos e tem implicações financeiras substanciais e podem afetar diretamente a saúde financeira e a solidez do Grupo. A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:

- (I) Risco de mortalidade: refere-se à probabilidade de um segurado falecer durante o período de cobertura estabelecido. Esse é um risco relevante, pois pode impactar diretamente as obrigações futuras do Grupo;
- (II) Risco de morbilidade: refere-se à probabilidade de um segurado apresentar alguma doença ou lesão durante o período de cobertura, resultando em custos médicos e/ou incapacidade laboral; e
- (III) Risco de invalidez: refere-se à probabilidade de um segurado se tornar incapacitado permanentemente e de exercer atividades laborais devido à doença ou lesão, resultando em perda de renda e necessidade de benefícios por incapacidade.

Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:

- a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados, ao diversificar por idade, sexo, histórico médico e outras características a ampla base de segurados;
- b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
- c) A adoção de contratos de resseguro com a finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
- d) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas a benefícios por morte e invalidez, levando em consideração os custos de indenizações e despesas administrativas.

4.1.2. Principais riscos associados aos planos de previdência

Os principais riscos associados aos planos de previdência que oferecem coberturas por sobrevivência (PGBL/VGBL) e de risco por morte e invalidez (Risco Previdência) são: risco biométrico, comportamental e de mercado.

A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:

- (I) Risco biométrico: refere-se à ocorrência de desvios entre as hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais como, as probabilidades de mortalidade, invalidez e morbilidade e as ocorrências efetivas nos planos de previdência complementar;
- (II) Risco comportamental: refere-se quanto à experiência de persistência do participante. Um elevado nível de desistência pode impactar significativamente o resultado do Grupo; e
- (III) Risco de mercado: refere-se às flutuações do mercado financeiro que podem prejudicar os produtos com garantia de rentabilidade pré-estabelecida.

Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:

- a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados;
- b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
- c) Utilização de tábuas biométricas atualizadas periodicamente para acompanhar a evolução da experiência de mortalidade do mercado segurador;
- d) A adoção de contratos de resseguro com finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
- e) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios, levando em consideração os pagamentos desses e despesas administrativas.

4.1.3. Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir analisam como o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição e de mercado, que eram razoavelmente possíveis na data das Demonstrações, tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades tanto antes como após a mitigação do risco através de resseguro e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

Consolidado					
31/12/2023					
Variáveis	Premissas	Resultado		Patrimônio líquido	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(5.756)	(4.925)	6.163	5.332
Sinistralidade	Redução de 5%	5.756	4.925	(5.936)	(5.104)
Longevidade	Aumento de 10%	(129)	(129)	129	129
Longevidade	Redução de 10%	148	148	(148)	(148)
Taxa de juros	Aumento de 1%	(546)	(546)	(282)	(282)
Taxa de juros	Redução de 1%	530	530	490	490
Conversão em renda	Aumento de 5%	277	277	(277)	(277)
Conversão de renda	Redução de 5%	(270)	(270)	270	270

Consolidado					
31/12/2022					
Variáveis	Premissas	Resultado		Patrimônio líquido	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(6.462)	(5.373)	5.937	4.848
Sinistralidade	Redução de 5%	6.461	5.373	(5.934)	(4.845)
Longevidade	Aumento de 10%	(796)	(796)	796	796
Longevidade	Redução de 10%	878	878	(878)	(878)
Taxa de juros	Aumento de 1%	318	318	(616)	(616)
Taxa de juros	Redução de 1%	(357)	(357)	784	784
Conversão em renda	Aumento de 5%	955	955	(955)	(955)
Conversão de renda	Redução de 5%	(955)	(955)	955	955

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Grupo, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

4.2.1. Principais riscos associados as aplicações financeiras

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos através de política de investimento do Grupo. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em investimentos de alto e baixo risco, conforme classificação nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de risco como *Standard & Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências consideradas, essa será apontada, automaticamente, como de alto risco.

Em 31 de dezembro de 2023, R\$1.528.081 / 93,38% (R\$1.399.433 / 94,48% em 31 de dezembro de 2022) estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos de menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo a melhores práticas de mercado. O volume em aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$95.230 (R\$77.988 em 31 de dezembro de 2022).

O Grupo não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida, ou seja, sem garantias contratuais, o risco de crédito é do participante do plano. Em 31 de dezembro de 2023, o volume dessas aplicações em fundos exclusivos era de R\$5.493.673 (R\$3.476.061 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, as quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizaram R\$2.661 (R\$3.752 em 31 de dezembro de 2022). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.2. Principais riscos associados ao resseguro

Apesar das exigências definidas pela legislação vigente para a compra de resseguro no Brasil, o Grupo adota procedimentos criteriosos na escolha das resseguradoras que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos na sua política de resseguro.

Observa-se, também, que o Grupo possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com resseguradoras, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

O Grupo opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado as carteiras de Vida em Grupo e Vida Individual, bem como a carteira de Risco Previdência.

Abaixo, demonstra-se a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

Consolidado					
31/12/2023					
Tipo ressegurador	Rating	Exposição (R\$)		Exposição (R\$)	
		Exposição (%)		Exposição (%)	
Admitida	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	–	–	9	0,04
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	8.335	36,65	4.679	18,32
Eventual	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	11	0,05	11	0,04
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	380	1,67	1.585	6,21
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	5.786	25,44	12.401	48,56
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	2.697	11,86	4.778	18,71
Local	B++ pela <i>A. M. Best Company</i>	5.536	24,34	2.072	8,11
Total		22.745	100,00	25.535	100,00

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamento de montantes, prazos e indexadores.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida, o risco de mercado é do participante do plano.

4.3.1. Análise de sensibilidade

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* – VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado período dada uma probabilidade de ocorrência.

O Grupo realiza análises periódicas de suas carteiras de investimentos com o intuito de avaliar as suas volatilidades, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras são elaboradas levando em consideração:

- (I) VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em determinado período. O período do VaR é de um mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas – EWMA para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

- (II) *Dollar Value One Basis Point* – DV01: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de *basis point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- a) A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- b) A perda com a oscilação de um *basis point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01; e
- c) O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Consolidado							
31/12/2023							
Fatores de risco	DV01	EWMA	VaR	Exposição	DV01	EWMA	VaR
Pré-fixado – DI	(39)	0,95	4.072	188.733	(46)	0,95	4.358
Taxa referencial	–	0,95	–	–	–	0,95	–
IGPM	–	0,95	–	–	–	0,95	–
IPCA	(160)	0,95	8.972	573.081	(27)	0,95	1.799
Ações	–	0,95	–	–	–	0,95	–

4.4. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de o Grupo não responder aos seus compromissos de pagamento em função do descasamento de prazo entre seus ativos ou passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez desses no mercado. A administração do Grupo possui visibilidade diária da carteira e, periodicamente, realiza ajustes na posição dos investimentos, para adequar essa com a demanda de liquidez de cada companhia do Grupo.

Os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características do Grupo. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio da metodologia *Assets and Liabilities Management* – ALM em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

As tabelas a seguir demonstram os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes nas demonstrações financeiras:

Consolidado				
31/12/2023				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	1.206.908	1.187.547	4.778.875	7.173.330
Caixa e bancos	8.053	–	–	8.053
Equivalentes de caixa	34.787	–	–	34.787
Aplicações financeiras	1.142.406	1.163.577	4.778.875	7.084.858
Ativos de contratos de resseguro	14.684	–	–	14.684
Ativos financeiros - capitalização	53	–	–	53
Títulos e créditos a receber	6.925	23.970	–	30.895
Passivo:	487.777	339.117	402.438	1.229.332
Contas a pagar	61.438	11.971	–	73.409
Passivos financeiros - capitalização	2.147	–	–	2.147
Passivos financeiros atuariais - capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603
Depósitos de terceiros	173	–	–	173

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado			
	31/12/2022			Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Ativo:	994.484	673.525	3.357.467	5.025.476
Caixa e bancos	13.934	–	–	13.934
Equivalentes de caixa	12.637	–	–	12.637
Aplicações financeiras	943.991	643.139	3.357.467	4.944.597
Ativos financeiros - capitalização	34	–	–	34
Ativos de contratos de resseguro	17.196	–	–	17.196
Títulos e créditos a receber	6.692	30.386	–	37.078
Passivo:	485.914	296.055	331.383	1.113.352
Contas a pagar	47.652	10.934	–	58.586
Passivos financeiros - capitalização	2.500	–	–	2.500
Passivos financeiros atuariais - capitalização	435.718	285.121	331.383	1.052.222
Depósitos de terceiros	44	–	–	44

As tabelas a seguir fornecem uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, refletindo as datas em que os fluxos de caixa futuros são esperados:

	Consolidado				
	31/12/2023				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	
BBA	(15.157)	6.947	6.039	4.005	5.893
VFA	1.816.946	541.822	472.007	412.520	5.367.943
PAA	11.381	1.845	1.168	717	16.049
Total	1.813.170	550.614	479.214	417.242	5.389.885

	Consolidado				
	31/12/2022				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	
BBA	(25.260)	3.554	4.913	3.364	2.727
VFA	1.309.015	426.407	357.344	284.834	3.419.353
PAA	16.486	2.156	1.141	631	451
Total	1.300.241	432.117	363.398	288.829	3.429.516

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no vencimento não representa risco.

4.5. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e o risco de compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de riscos reporta esses resultados a diretoria e ao conselho de administração, caso necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializam ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas no Grupo e identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.6. Risco estratégico

Os riscos estratégicos são parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõe a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, avaliadas e tratadas conforme os níveis de criticidade apontados.

4.7. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar, significativamente, o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e a SUSEP.

5. Equivalente de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a composição da carteira de ativos financeiros contempla os investimentos financeiros classificados como "Equivalentes de caixa" no valor de R\$34.787 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2022). A seguir, a abertura carteira por categoria de mensuração:

5.1. Ao custo amortizado

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado. A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado para o consolidado:

	Consolidado		
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2023
			Valor contábil
Fundos exclusivos:			232.335
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,63%	Em até 5 anos	232.335
Total			232.335
Circulante			–
Não circulante			232.335

	Consolidado		
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2022
			Valor contábil
Fundos exclusivos:			237.636
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,62%	Em até 5 anos	237.636
Total			237.636
Circulante			–
Não circulante			237.636

5.2. Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes para o consolidado:

	Consolidado		
	Taxas contratadas		31/12/2023
			Valor contábil
Fundos exclusivos:			615.367
Notas do Tesouro Nacional – IPCA		IPCA + 4,94%	535.853
Notas do Tesouro Nacional – PRE		6,70%	79.514
Total			615.367
Circulante			83.035
Não circulante			532.332

	Consolidado		
	Taxas contratadas		31/12/2022
			Valor contábil
Fundos exclusivos:			172.245
Notas do Tesouro Nacional – IPCA		IPCA + 3,20%	79.017
Notas do Tesouro Nacional – PRE		6,77%	93.228
Total			172.245
Circulante			–
Não circulante			172.245

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencimento em até um ano	83.035	–
Vencimento em até cinco anos	507.371	152.400
Vencimento acima de cinco anos	24.961	19.845
Total	615.367	172.245

5.3. Ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado:

	Controladora		Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Fundos exclusivos:	–	–	–	6.234.495
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	–	–	–	5.493.673
Letras do Tesouro Nacional	Selic	–	–	643.786
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	–	–	36.593
Operações compromissadas	Selic	–	–	60.443
Fundos não exclusivos	–	1.585	1.585	2.661
Fundos não exclusivos – bloqueio judicial	–	–	–	–
Operações compromissadas	Selic	–	–	34.787
Total		1.585	1.585	6.271.943
Circulante		1.585	1.585	6.271.943
Não circulante		–	–	–

	Controladora		Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Fundos exclusivos:	–	–	–	4.530.964
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	–	–	–	3.476.061
Letras do Tesouro Nacional	Selic	–	–	954.685
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	–	–	34.867
Operações compromissadas	Selic	–	–	65.351
Fundos não exclusivos	–	2.799	2.799	3.527
Fundos não exclusivos – bloqueio judicial	–	–	–	225
Operações compromissadas	Selic	–	–	12.637
Total		2.799	2.799	4.547.353
Circulante		2.799	2.799	4.547.128
Não circulante		–	–	225

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sem vencimento	1.585	2.799	5.496.334	3.479.813
Vencimento em até um ano	–	–	190.640	264.645
Vencimento em até cinco anos	–	–	584.969	756.735
Vencimento acima de cinco anos	–	–	–	46.160
Total	1.585	2.799	6.271.943	4.547.353

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Controladora	
	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	32	32
(+) Aplicações	97.884	97.884
(-) Resgates	(96.814)	(96.814)
(+) Rendimentos	1.697	1.697
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.799	2.799
(+) Aplicações	60.000	60.000
(-) Resgates	(61.705)	(61.705)
(+) Rendimentos	491	491
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.585	1.585

	Consolidado		
	Ao custo amortizado	Ao VJORA	Ao VJR
Saldo em 1º de janeiro de 2022	427.470	349.132	2.899.017
(+) Aplicações	–	146.620	2.814.978
(-) Resgates	(209.841)	(352.791)	(1.577.917)
(+) Rendimentos	20.007	40.591	411.275
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	(11.307)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	237.636	172.245	4.547.353
(+) Aplicações	–	871.820	3.649.111
(-) Resgates	(19.963)	(467.692)	(2.579.554)
(+) Rendimentos	14.662	22.746	655.033
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	16.248	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232.335	615.367	6.271.943

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos são realizadas por meio de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e visam a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco de exposição desses ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. A Controladora não possui instrumentos financeiros derivativos.

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade
	DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410
					Exposição (notional) total
					106.792

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade
	DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.790
					Exposição (notional) total
					111.369

5.6. Determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

(I) Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio de que as partes são independentes.

(II) Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
	Nível 1	Nível 2
Ao VJR:	–	1.585
Fundos não exclusivos	–	1.585
Total	–	1.585

	Consolidado		
	31/12/2023		31/12/2022
	Nível 1	Nível 2	Total
Ao custo amortizado:	232.335	–	232.335
Fundos exclusivos:	232.335	–	232.335
Nota do Tesouro Nacional – PRE	232.335	–	232.335
Ao VJORA:	615.367	–	615.367
Fundos exclusivos:	615.367	–	615.367
Nota do Tesouro Nacional – IPCA	535.853	–	535.853
Nota do Tesouro Nacional – PRE	79.514	–	79.514
Ao VJR:	4.682.692	1.589.251	6.271.943
Fundos exclusivos:	4.647.905	1.586.590	6.234.495
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	3.907.083	1.586.590	5.493.673
Letras do Tesouro Nacional	643.786	–	643.786
Notas do Tesouro Nacional	36.593	–	36.593
Operações compromissadas	60.443	–	60.443
Fundos não exclusivos	–	2.661	2.661
Fundos não exclusivos – bloqueio judicial	–	–	–
Operações compromissadas	34.787	–	34.787
Total	5.530.394	1.589.251	7.119.645

6. Passivos de contratos de seguro

6.1. Modelo de mensuração (BBA)

6.1.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo BBA:

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	15.192	115.663	130.855
Circulante	3.556	27.073	30.629
Não circulante	11.636	88.590	100.226
Receita de seguros:	(610.182)	–	(610.182)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(345.993)	–	(345.993)
Outros contratos	(264.189)	–	(264.189)
Despesas de contratos de seguro:	126.421	237.165	363.586
Sinistros e outras despesas incorridas	–	129.643	129.643
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	126.421	–	126.421
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	107.522	107.522
Resultado de contratos de seguro	(483.761)	237.165	(246.596)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	7.988	8.616	16.604
Total das variações na demonstração de resultado	(475.773)	245.781	(229.992)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(2.268)	2.565	297
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(478.041)	248.346	(229.695)
Fluxos de caixa:	486.550	(266.350)	220.200
Prêmios recebidos	704.338	–	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	–	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(266.350)	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	23.701	97.659	121.360
Circulante	4.892	20.159	25.051
Não circulante	18.809	77.500	96.309

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	(19.802)	131.777	111.975
Circulante	(4.969)	33.065	28.096
Não circulante	(14.833)	98.712	83.879
Ajuste ao valor justo do passivo de sinistros incorridos (*)	–	1.216	1.216
Receita de seguros:	(645.041)	–	(645.041)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(513.877)	–	(513.877)
Outros contratos	(131.164)	–	(131.164)
Despesas de contratos de seguro:	177.960	307.676	485.636
Sinistros e outras despesas incorridas	–	127.563	127.563
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	177.960	–	177.960
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	180.113	180.113
Resultado de contratos de seguro	(467.081)	307.676	(159.405)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	6.704	9.118	15.822
Total das variações na demonstração de resultado	(460.377)	316.794	(143.583)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	1.082	(2.134)	(1.052)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(459.295)	314.660	(144.635)
Fluxos de caixa:	494.289	(330.774)	163.515
Prêmios recebidos	712.096	–	712.096
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.807)	–	(217.807)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(330.774)	(330.774)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2022	15.192	115.663	130.855
Circulante	3.556	27.073	30.629
Não circulante	11.636	88.590	100.226

(*) Diferença referente ao valor do passivo de sinistros incorridos no fluxo do modelo geral em comparação com o fluxo ao valor justo, considerando um cenário de estresse.

6.1.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo BBA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2023				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	(10.702)	19.483	74.168	47.906	130.855
Circulante	(2.505)	4.560	17.360	11.214	30.629
Não circulante	(8.197)	14.923	56.808	36.692	100.226
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(207.017)	(19.893)	(80.554)	(46.654)	(354.118)
CSM reconhecida	–	–	(80.554)	(46.654)	(127.208)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(12.183)	–	–	(12.183)
Ajustes de experiência	(207.017)	(7.710)	–	–	(214.727)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(97.927)	5.884	53.379	38.664	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(37.284)	1.268	53.379	(17.363)	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(60.643)	4.616	–	56.027	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(104.777)	(2.745)	–	–	(107.522)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(104.777)	(2.745)	–	–	(107.522)
Resultado de contratos de seguro	(200.167)	(11.264)	(27.175)	(7.990)	(246.596)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(3.080)	2.500	8.116	9.068	16.604
Total das variações na demonstração de resultado	(203.247)	(8.764)	(19.059)	1.078	(229.992)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(358)	655	–	–	297
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(203.605)	(8.109)	(19.059)	1.078	(229.695)
Fluxos de caixa:	220.200	–	–	–	220.200
Prêmios recebidos	704.338	–	–	–	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	–	–	–	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(266.350)	–	–	–	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2023	5.893	11.374	55.109	48.984	121.360
Circulante	1.216	2.348	11.375	10.112	25.051
Não circulante	4.677	9.026	43.734	38.872	96.309

	Consolidado				
	31/12/2022				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	30.353	14.802	66.820	–	111.975
Circulante	7.616	3.714	16.766	–	28.096
Não circulante	22.737	11.088	50.054	–	83.879
Ajuste ao valor justo do ajuste de risco não financeiro (*)	–	1.216	–	–	1.216
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(197.852)	(25.688)	(85.353)	(30.625)	(339.518)
CSM reconhecida	–	–	(85.353)	(30.625)	(115.978)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(20.025)	–	–	(20.025)
Ajustes de experiência	(197.852)	(5.663)	–	–	(203.515)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(180.245)	21.827	85.199	73.219	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(112.926)	17.388	85.199	10.339	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(67.319)	4.439	–	62.880	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(173.052)	7.061	–	–	(180.113)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(173.052)	7.061	–	–	(180.113)
Resultado de contratos de seguro	(205.045)	3.200	(154)	42.594	(159.405)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	925	2.083	7.501	5.313	15.822
Total das variações na demonstração de resultado	(204.120)	5.283	7.347	47.907	(143.583)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(450)	(602)	–	–	(1.052)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(204.570)	4.681	7.347	47.907	(144.635)
Fluxos de caixa:	163.515	–	–	–	163.515
Prêmios recebidos	712.096	–	–	–	712.096
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.807)	–	–	–	(217.807)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(330.774)	–	–	–	(330.774)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	(10.702)	19.483	74.167	47.907	130.855
Circulante	(2.505)	4.560	17.360	11.214	30.629
Não circulante	(8.197)	14.923	56.807	36.693	100.226

(*) Diferença referente ao valor de ajuste de risco não financeiro no fluxo do modelo geral em comparação com o fluxo ao valor justo considerando um cenário de estresse.

6.1.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo BBA:

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(240.891)	(240.891)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(102.525)	(102.525)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(138.366)	(138.366)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	301.534	301.534
Ajuste de risco não financeiro	(4.616)	(4.616)
CSM	(56.027)	(56.027)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

	Consolidado	
	31/12/2022	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(218.627)	(218.627)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(94.106)	(94.106)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(124.521)	(124.521)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	285.946	285.946
Ajuste de risco não financeiro	(4.439)	(4.439)
CSM	(62.880)	(62.880)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

6.2. Modelo de taxa variável (VFA)

6.2.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo VFA:

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	3.445.124	–	3.445.124
Circulante	806.385	–	806.385
Não circulante	2.638.739	–	2.638.739
Receita de seguros:	(33.198)	–	(33.198)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(14.394)	–	(14.394)
Outros contratos	(18.804)	–	(18.804)
Despesas de contratos de seguro:	8.966	6.799	15.765
Sinistros e outras despesas incorridas	–	619.985	619.985
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	8.966	–	8.966
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	(613.186)	(613.186)
Componentes de investimento	(613.186)	613.186	–
Resultado de contratos de seguro	(637.418)	619.985	(17.433)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.391	–	569.391
Total das variações na demonstração de resultado	(68.027)	619.985	551.958
Fluxos de caixa:	2.093.711	(619.985)	1.473.726
Prêmios recebidos	2.103.370	–	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	–	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(619.985)	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	5.470.808	–	5.470.808
Circulante	1.129.256	–	1.129.256
Não circulante	4.341.552	–	4.341.552

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	2.246.431	–	2.246.431
Circulante	563.668	–	563.668
Não circulante	1.682.763	–	1.682.763
Receita de seguros:	(15.524)	–	(15.524)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(10.529)	–	(10.529)
Outros contratos	(4.995)	–	(4.995)
Despesas de contratos de seguro:	6.795	4.107	10.902
Sinistros e outras despesas incorridas	–	413.459	413.459
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	6.795	–	6.795
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	(409.352)	(409.352)
Componentes de investimento	(409.352)	(409.352)	–
Resultado de contratos de seguro	(418.081)	413.459	(4.622)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	323.997	–	323.997
Total das variações na demonstração de resultado	(94.084)	413.459	319.375
Fluxos de caixa:	1.292.777	(413.459)	879.318
Prêmios recebidos	1.299.008	–	1.299.008
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(6.231)	–	(6.231)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(413.459)	(413.459)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	3.445.124	–	3.445.124
Circulante	806.385	–	806.385
Não circulante	2.638.739	–	2.638.739

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.2.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo VFA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2023				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	3.419.353	3.969	8.114	13.688	3.445.124
Circulante	800.353	929	1.899	3.204	806.385
Não circulante	2.619.000	3.040	6.215	10.484	2.638.739
Variações relacionadas aos serviços atuais:	614.411	(71)	(7.330)	(11.257)	595.753
CSM reconhecida	–	–	(7.330)	(11.257)	(18.587)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(71)	–	–	(71)
Ajustes de experiência	614.411	–	–	–	614.411
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(95.752)	(1.558)	38.591	58.719	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(63.308)	(2.240)	38.591	26.957	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(32.444)	682	–	31.762	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(613.186)	–	–	–	(613.186)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(613.186)	–	–	–	(613.186)
Resultado de contratos de seguro	(94.527)	(1.629)	31.261	47.462	(17.433)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.391	–	–	–	569.391
Total das variações na demonstração de resultado	474.864	(1.629)	31.261	47.462	551.958
Fluxos de caixa:	1.473.726	–	–	–	1.473.726
Prêmios recebidos	2.103.370	–	–	–	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	–	–	–	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(619.985)	–	–	–	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	5.367.943	2.340	39.375	61.150	5.470.808
Circulante	1.108.023	483	8.128	12.622	1.129.256
Não circulante	4.259.920	1.857	31.247	48.528	4.341.552

	Consolidado				
	31/12/2022				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	2.241.262	2.079	3.090	–	2.246.431
Circulante	562.371	522	775	–	563.668
Não circulante	1.678.891	1.557	2.315	–	1.682.763
Variações relacionadas aos serviços atuais:	409.308	(59)	(2.123)	(2.396)	404.730
CSM reconhecida	–	–	(2.123)	(2.396)	(4.519)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(59)	–	–	(59)
Ajustes de experiência	409.308	–	–	–	409.308
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(25.180)	1.949	7.147	16.084	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(12.085)	1.302	7.147	3.636	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(13.095)	647	–	12.448	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(409.352)	–	–	–	(409.352)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(409.352)	–	–	–	(409.352)
Resultado de contratos de seguro	(25.224)	1.890	5.024	13.688	(4.622)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	323.997	–	–	–	323.997
Total das variações na demonstração de resultado	298.773	1.890	5.024	13.688	319.375
Fluxos de caixa:	879.318	–	–	–	879.318
Prêmios recebidos	1.299.008	–	–	–	1.299.008
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(6.231)	–	–	–	(6.231)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(413.459)	–	–	–	(413.459)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	3.419.353	3.969	8.114	13.688	3.445.124
Circulante	800.353	929	1.899	3.204	806.385
Não circulante	2.619.000	3.040	6.215	10.484	2.638.739

6.2.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo VFA:

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(2.157.231)	(2.157.231)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(17.747)	(17.747)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(2.139.484)	(2.139.484)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	2.189.675	2.189.675
Ajuste de risco não financeiro	(682)	(682)
CSM	(31.762)	(31.762)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–
	Consolidado	
	31/12/2022	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(1.178.903)	(1.178.903)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(9.117)	(9.117)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(1.169.786)	(1.169.786)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	1.191.998	1.191.998
Ajuste de risco não financeiro	(647)	(647)
CSM	(12.448)	(12.448)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

6.3. Margem de serviço contratual (CSM) remanescente

As tabelas a seguir, demonstram o momento em que se espera que a CSM remanescente seja reconhecida no resultado em períodos futuros:

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	66.224	25.171	2.981	5.030	4.687	104.093
Modelo de taxa variável (VFA)	25.798	31.537	18.474	18.875	5.841	100.525
Total	92.022	56.708	21.455	23.905	10.528	204.618
	Consolidado					
	31/12/2022					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	75.766	35.339	4.663	3.198	3.108	122.074
Modelo de taxa variável (VFA)	5.956	7.322	4.045	3.658	821	21.802
Total	81.722	42.661	8.708	6.856	3.929	143.876

7. Ativos de contratos de resseguro

7.1. Modelo de alocação de prêmio (PAA)

7.1.1. Movimentação de contratos de resseguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do ativo de cobertura remanescente e do ativo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo PAA:

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2023	(4.571)	20.865	902	17.196
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(14.867)	–	–	(14.867)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	–	(9.557)	(326)	(9.883)
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	(9.557)	(326)	(9.883)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(14.867)	9.557	326	(4.984)
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	–	(398)	–	(398)
Total das variações na demonstração de resultado	(14.867)	9.159	326	(5.382)
Fluxos de caixa:	17.497	(13.975)	–	3.522
Prêmios pagos	17.497	(13.975)	–	–
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2023	(1.941)	16.049	576	14.684

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2022	(3.761)	19.082	804	16.125
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(8.781)	–	–	(8.781)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	–	(8.551)	98	(8.453)
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	(8.551)	98	(8.453)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(8.781)	8.551	(98)	(328)
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	–	72	–	72
Total das variações na demonstração de resultado	(8.781)	8.623	(98)	(256)
Fluxos de caixa:	7.971	(6.840)	–	1.131
Prêmios pagos	7.971	(6.840)	–	1.131
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2022	(4.571)	20.865	902	17.196

8. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir, ilustram como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro:

	Bruto de resseguro									
	Consolidado									
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	125.956	823.995
Um ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.297	–	710.105
Dois anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	180.925	–	–	567.739
Três anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	101.932	–	–	–	385.443
Quatro anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	97.235	–	–	–	–	282.302
Cinco anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.585	–	–	–	–	–	185.389
Seis anos após o aviso	6.431	47.674	56.443	–	–	–	–	–	–	110.548
Sete anos após o aviso	6.432	48.501	–	–	–	–	–	–	–	54.933
Oito anos após o aviso	6.420	–	–	–	–	–	–	–	–	6.420
Estimativa em 31 de dezembro 2023 (a)	6.420	48.501	56.443	74.585	97.235	101.932	180.925	140.297	125.956	832.294
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.606	56.189	72.973	91.708	98.616	177.406	135.507	97.018	782.442
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	1	1.895	254	1.612	5.527	3.316	3.519	4.790	28.938	49.852
Total	–	–	–	–	–	–	–	–	–	49.852
Créditos com resseguradoras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisões atuariais complementares	–	–	–	–	–	–	–	–	–	52.691
Ajuste ao risco para risco não financeiro	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.125
Efeito financeiro na taxa de desconto	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.009)
Passivos brutos de sinistros incorridos (Nota 6.1.1)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	97.659

	Consolidado									
	Líquido de resseguro									
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	124.516	117.417	781.236
Um ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	168.801	133.190	–	681.544
Dois anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.014	–	–	542.007
Três anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.319	–	–	–	370.721
Quatro anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.969	–	–	–	–	273.236
Cinco anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.363	–	–	–	–	–	182.457
Seis anos após o aviso	6.417	47.428	55.923	–	–	–	–	–	–	109.768
Sete anos após o aviso	6.418	47.421	–	–	–	–	–	–	–	53.839
Oito anos após o aviso	6.410	–	–	–	–	–	–	–	–	6.410
Estimativa em 31 de dezembro 2023 (a)	6.410	47.421	55.923	72.363	90.969	96.319	170.014	133.190	117.417	790.026
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.492	55.669	71.493	87.953	93.391	166.496	128.464	90.830	747.198
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	–	929	254	870	3.016	2.928	3.518	4.726	26.587	42.828
Total	–	–	–	–	–	–	–	–	–	42.828
Créditos com resseguradoras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.243)
Provisões atuariais complementares	–	–	–	–	–	–	–	–	–	49.093
Ajuste ao risco para risco não financeiro	–	–	–	–	–	–	–	–	–	550
Efeito financeiro na taxa de desconto	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.194)
Passivos líquidos de sinistros incorridos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	81.034

9. Outros créditos operacionais

Em 31 de dezembro de 2023, essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$36.599 (R\$13.131 em 31 de dezembro de 2022). Os valores são liquidados nos meses subseqüentes ao registro da emissão, mediante a retorno bancário.

10. Títulos e créditos a receber

A seguir, a composição e os saldos dos títulos e créditos a receber:

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

11.3. Tributos diferidos

11.3.1. Ativo

A seguir, as tabelas com os créditos tributários divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido:	3.577	7.221
Diferenças temporárias	1.841	1.424
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	1.736	5.797
CSLL diferido:	2.147	4.333
Diferenças temporárias	1.104	853
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	1.043	3.480
PIS e COFINS diferidos	4.522	5.203
Total	10.246	16.757

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias são compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de fundo de *marketing*.

	Diferenças temporárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências fiscais	72	70
Fundo de <i>marketing</i>	795	2.000
PIS exigibilidade suspensa	1.673	8.754
COFINS exigibilidade suspensa	10.298	2.180
Outras provisões	3.457	1.393
Outras receitas	(4.409)	(3.503)
PIS e COFINS diferidos	(4.522)	(5.203)
Total	7.364	5.691
Alíquota aplicada para IRPJ – 25%	1.841	1.424
Alíquota aplicada para CSLL – 9% e 15%	1.104	853

O Grupo realizou estudo indicando projeção de resultados para apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributáveis diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias:

13. Investimentos

A seguir, a posição dos investimentos da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	5.917.679	5.690.033
Rio Grande Capitalização S.A.	1.282.137	1.168.998
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	–	–
Total	7.199.816	6.859.031

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/ CPC 50	Equivalência patrimonial
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	201.131	(90.707)	1.368	1.349	117.690
Rio Grande Capitalização S.A.	100.450	(45.099)	8.380	–	49.385
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	–	–	–	–
Total	301.585	(135.806)	9.748	1.349	167.075

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/ CPC 50	Equivalência patrimonial
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	225.627	(110.705)	(74)	(1.052)	87.335
Rio Grande Capitalização S.A.	84.533	(19.898)	(6.709)	–	42.524
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	–	–	–	–
Total	310.164	(130.603)	(6.783)	(1.052)	129.859

14. Obrigações a pagar

A composição das obrigações a pagar do Grupo é a seguinte:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	–	–	17.452	–
Dividendos a pagar (a)	–	23.100	–	23.100
Fundos de investimentos	–	–	8.395	–
Pagamentos a realizar (b)	–	–	21.632	–
Provisão para fundo de marketing	–	–	795	2.362
Prestação de serviços compartilhados (c)	–	–	–	10.342
Outras contas a pagar	63	16	389	178
Total	63	23.116	48.663	35.982

(a) Em 2023 os dividendos foram pagos dentro do exercício;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

(c) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados do Grupo, firmado com a Icatu Assessoria S.A

15. Passivos financeiros - capitalização

Registra-se as obrigações operacionais com vencimentos dentro dos dois meses seguintes à data das demonstrações financeiras. Essas obrigações são compostas de pró-labore e comissões no valor de R\$2.147 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2022).

16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para o Grupo, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
1 até 30 dias	–	13
121 até 180 dias	11	–
181 até 365 dias	162	7
Acima de 365 dias	–	24
Total	173	44

(*) Nas datas base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia saldos nas faixas de *aging* de 31 a 120 dias.

17. Passivos financeiros atuariais - capitalização

Os passivos financeiros de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Provisão para resgates:	980.810	1.136.170	(1.103.264)	74.179	1.087.895
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisão para sorteios:	12.936	41.071	(40.498)	(313)	13.196
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Outras provisões:	58.476	13.144	(21.918)	2.810	52.512
Provisões para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	–	149
Total	1.052.222	1.190.385	(1.165.680)	76.676	1.153.603

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2022	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Provisão para resgates:	921.066	860.877	(867.700)	66.567	980.810
Provisão matemática para capitalização	822.043	427.418	(426.137)	64.962	888.286
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	230.378	(229.383)	910	56.507
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.421	203.081	(212.180)	695	36.017
Provisão para sorteios:	16.211	41.062	(44.056)	(281)	12.936
Provisão para sorteios a realizar	10.897	20.827	(23.092)	(360)	8.272
Provisão de sorteios a pagar	5.314	20.235	(20.964)	79	4.664
Outras provisões:	55.924	16.651	(17.295)	3.196	58.476
Provisões para distribuição de bônus	55.924	16.617	(17.295)	3.196	58.442
Provisão para despesas administrativas	–	34	–	–	34
Total	993.201	918.590	(929.051)	69.482	1.052.222

	Valor	%
2023 (*)	669	0,00
2024	177	6,01
2025	206	6,99
2026	236	8,01
2027	236	8,01
2028	220	7,47
2029 a 2033	1.870	63,50
Total	2.945	100,00

(*) 2023 não compõe o total das diferenças temporárias

11.3.2. Passivo

A seguir, as tabelas com os tributos diferidos registrado no passivo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido:	25.517	27.452
Diferenças temporárias	25.517	27.452
CSLL diferido:	15.311	16.471
Diferenças temporárias	15.311	16.471
Total	40.828	43.923

12. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	309	1.248
Fiscais	13.415	12.381
Total	13.724	13.629

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.381	10.499
Adições	–	835
Atualização monetária	1.034	1.047
Saldo final	13.415	12.381

	Controladora							
	Provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado patrimonial	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	1.810	72.188	230.831	118.502	230.831	201.131	117.690	87.335
	24	90.000	113.116	49.386	113.116	100.450	49.385	42.524
	–	–	–	–	4	4	–	–
	1.834	162.188	343.947	167.888	343.951	301.585	167.075	129.859

18. Provisões judiciais

18.1. Passivo de sinistros incorridos - judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas no "Passivo de contratos de seguros", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização. Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, a composição dos processos relacionados aos sinistros judiciais por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	61	4.270	4.270
Possível	159	16.396	–
Remota	6	212	–
Total	226	20.878	4.270

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	64	6.505	6.505
Possível	151	16.386	–
Remota	8	810	–
Total	223	23.701	6.505

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais vinculadas a contratos de seguro:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.505	5.246
Adições	2.677	2.187
Baixas	(3.698)	(1.604)
Atualização monetária e juros	(1.214)	676
Saldo final	4.270	6.505

18.2. Outras provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

A seguir, a composição da rubrica "Outros débitos – provisões judiciais" por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	37	1.786	1.786
Possível	242	9.586	–
Remota	5	64	–
Total	284	11.436	1.786

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	26	360	360
Possível	185	6.193	–
Remota	11	242	–
Total	222	6.795	360

	Consolidado		
	Contingências fiscais		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1	48	48
Possível	8	2.051	–
Total	9	2.099	48

	Consolidado		
	Contingências fiscais		
	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1	43	43
Possível	7	1.910	–
Total	8	1.953	43

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais não vinculadas a contratos de seguro, registradas como "Outros débitos - provisões judiciais":

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado	
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	335	334
Adições	2.104	461
Baixas	(1.232)	(293)
Atualização monetária e juros	579	(142)
Saldo final	1.786	360

	Consolidado	
	Contingências fiscais	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	43	58
Atualização monetária e juros	5	(15)
Saldo final	48	43

18.3. Outras obrigações a pagar - fiscais

No grupo "Outras contas a pagar - fiscais" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde o Grupo depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar. A seguir, as obrigações fiscais em discussão judicial conforme a composição:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS - exigibilidade suspensa	1.673	1.529
COFINS - exigibilidade suspensa	10.298	9.405
Total	11.971	10.934

A seguir, verifica-se o resumo dos principais questionamentos oriundos das obrigações fiscais:

	Tese	Consolidado					
		31/12/2023					
		PIS		COFINS		Total	
		Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Controladas							
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (I)	141	141	865	865	1.006	1.006
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (I)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365	10.965
Total		1.869	1.673	11.502	10.298	13.371	11.971

	Tese	Consolidado					
		31/12/2022					
		PIS		COFINS		Total	
		Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Controladas							
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	128	127	786	778	914	905
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (a)	1.597	1.402	9.829	8.627	11.426	10.029
Total		1.725	1.529	10.615	9.405	12.340	10.934

(a) Há as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei 9.718/98 (tese ampla) - MS nº 00008694720074025101 – Pasta: 005774-6 - Período: decênio anterior ao ajuizamento da ação (data de janeiro/1997), anterior, portanto, à vigência da Lei nº 9.718/98 - Decisões de primeira e segunda instâncias parcialmente favoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - Ativo Garantidor – MS nº 50704548320154047100 - Pasta: 017515-3 – Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras); e
- Lei 12.973/14 - Ativo Livre – MS nº 50704521620154047100 - Pasta: 017518-8 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R\$118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$230.854 (R\$202.759 em 31 de dezembro de 2022) eram compostas por:

- a) Reserva legal de R\$23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976;
- b) Reserva estatutária de R\$146.995 (R\$76.307 em 31 de dezembro de 2022), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e
- c) Outras reservas de R\$60.192 (R\$65.885 em 31 de dezembro de 2022), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição.

19.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O Estatuto Social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	166.047	130.409
Constituição de reserva legal	—	(5.462)
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	4.641	1.253
Base para a distribuição de dividendos	170.688	131.662
Dividendo declarados e pagos no exercício	100.000	106.411
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	58,59%	80,82%

A Companhia é uma holding de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registraram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica “Créditos tributários e previdenciários” e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era uma perda de R\$2.819 líquidos de tributos (perda de R\$14.968, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2022).

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas				
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	—	—	—	11.548
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (a)	—	—	—	11.552
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (b)	—	19.899	—	—
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (b)	—	4.294	—	—
Total	—	24.193	—	23.100

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Partes relacionadas						
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	—	—	—	11.548	—	—
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (c)	—	—	—	14.082	—	—
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controladora) (a)	—	—	—	11.552	—	—
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (e)	—	10.393	—	6.377	—	(128.818)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	—	—	—	(2)	—	—
Total	—	10.393	—	43.561	—	(128.818)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Dividendos referentes as movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(b) A companhia Rio Grande Seguros e Previdência S.A. adquire títulos de capitalização emitidos pela Rio Grande Capitalização S.A.. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido

pela seguradora controlada. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/ (despesas) operacionais”;

(c) Valores referentes a acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmados com a Icatu Assessoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) Valores referentes a taxas de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.; e

(e) Valores referentes a acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes.

21. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

	Consolidado				
	Vida	Previdência complementar	Capita- lização	Outros (*)	
	31/12/2023	31/12/2022			
Receita de contratos de seguro	607.179	36.201	—	—	643.380
Despesas de contratos de seguro	(360.485)	(18.866)	—	—	(379.351)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(4.194)	—	—	—	(4.194)
Resultado de contratos de seguro e resseguro	242.500	17.335	—	—	259.835
Receita líquida com títulos de capitalização	—	—	140.161	—	140.161
Resultado com sorteios	—	—	(19.313)	—	(19.313)
Custo de aquisição	—	—	(30.766)	—	(30.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	—	—	19.332	—	19.332
Resultado com operações de capitalização	—	—	109.414	—	109.414
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	4.029	(34.136)	—	—	(30.107)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(2.904)	—	—	—	(2.904)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	14.011	29.786	43.351	361	87.509
Resultado financeiro líquido	15.136	(4.350)	43.351	361	54.498
Despesas administrativas	(41.903)	(2.996)	(87.646)	(1.390)	(133.935)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(13.135)	(2.109)	—	—	(15.244)
Resultado operacional	202.598	7.880	65.119	(1.029)	274.568
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes	—	—	—	—	—
Resultado antes dos tributos	202.598	7.880	65.119	(1.029)	274.568
Imposto de renda e contribuição social correntes	(74.217)	(5.305)	(32.094)	—	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.889	206	—	—	3.095
Lucro líquido do exercício	131.270	2.781	33.025	(1.029)	166.047

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

	Consolidado				
	Vida	Previdência complementar	Capita- lização	Outro (*)	
	31/12/2023	31/12/2022			
Total do ativo	353.430	5.572.643	1.282.137	2.501	7.210.711
Investimentos em coligadas e controladas	38.914	191.921	113.116	—	343.951
Total do passivo	128.463	5.566.778	1.169.022	79	6.864.342

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

22. Receita de contratos de seguro

A seguir, a análise da receita de contratos de seguro reconhecida no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	610.182	645.041
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	483.761	467.081
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	344.370	331.078
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	12.183	20.025
CSM reconhecida	127.208	115.978
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	126.421	177.960
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	33.198	15.524
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	24.232	8.729
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	5.574	4.151
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	71	59
CSM reconhecida	18.587	4.519
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	8.966	6.795
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	10.673	9.698
Total de receita de contratos de seguro e resseguro	654.053	670.263

23. Despesas de contratos de seguro

A seguir, a análise das despesas de contratos de seguro reconhecidas no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	(363.586)	(485.636)
Sinistros e outras despesas incorridas	(129.643)	(127.563)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(126.421)	(177.960)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	(107.522)	(180.113)
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	(15.765)	(10.902)
Sinistros e outras despesas incorridas	(619.985)	(413.459)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(8.966)	(6.795)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	613.186	409.352
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	(14.867)	(8.780)
Total de despesas de contratos de seguro e resseguro	(394.218)	(505.318)

24. Resultado com operações de capitalização

A seguir, a análise do resultado com operações de capitalização reconhecido no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida com títulos de capitalização:	140.161	109.941
Resultado com sorteios:	(19.313)	(17.974)
Reversão das provisões para sorteios	21.758	23.092
Constituição para provisões para sorteios	(21.239)	(20.828)
Despesas com títulos de capitalização sorteados	(19.832)	(20.238)
Custo de aquisição diferido:	(30.766)	(28.235)
Despesas de corretagens	(30.587)	(27.972)
Despesas de custeamentos de vendas	(179)	(263)
Outras receitas/(despesas) operacionais:	19.332	14.597
Receita com resgastes de títulos de capitalização	9.363	7.195
Receita com prescrições de títulos de capitalização	12.543	9.869
Despesas com provisões	(2.574)	(2.467)
Total	109.414	78.329

25. Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro líquido da Companhia era de R\$361 (R\$1.696 em 31 de dezembro de 2022). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Contratos de seguro	Não relacionado a contratos de seguro		Total
Receitas financeiras:	15.752	540.137	—	167.075
Ao custo amortizado:	—	—	—	14.662
Fundos exclusivos	—	—	—	14.662
Ao VJORA:	—	—	—	22.746
Fundos exclusivos	—	—	—	22.746
Ao VJR:	15.752	540.137	—	129.667
Fundos exclusivos	15.752	540.137	—	99.144
Rendas com taxas de gestão	—	—	—	28.784
Outras receitas financeiras	—	—	—	1.739
Despesas financeiras:	(16.604)	(569.391)	(2.904)	(79.567)
Ao VJR:	(16.604)	(569.391)	(2.904)	(79.567)
Fundos exclusivos	—	—	—	(159)
Passivos financeiros atuariais - capitalização	—	—	—	(76.676)
Contratos de seguro emitidos	(16.604)	(569.391)	—	(585.995)
Contratos de resseguro	—	—	(2.904)	—
Outras despesas financeiras	—	—	—	(2.732)
Total	(852)	(29.254)	(2.904)	87.509

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Contratos de seguro		Não relacionado a	
	BBA	VFA	PAA contratos de seguro	Total
Receitas financeiras:	16.017	327.998	–	149.924 493.939
Ao custo amortizado:	–	–	–	20.007 20.007
Fundos exclusivos	–	–	–	20.007 20.007
Ao VJORA:	–	–	–	40.591 40.591
Fundos exclusivos	–	–	–	40.591 40.591
Ao VJR:	16.017	327.998	–	89.326 433.341
Fundos exclusivos	16.017	327.998	–	67.260 411.275
Rendas com taxas de gestão	–	–	–	18.950 18.950
Outras receitas financeiras	–	–	–	3.116 3.116
Despesas financeiras:	(15.822)	(323.997)	(1.872)	(72.661) (414.352)
Ao VJR:	(15.822)	(323.997)	(1.872)	(72.661) (414.352)
Fundos exclusivos	–	–	–	(1.758) (1.758)
Passivos financeiros atuariais - capitalização	–	–	–	(69.482) (69.482)
Contratos de seguro emitidos	(15.822)	(323.997)	–	– (339.819)
Contratos de resseguro	–	–	(1.872)	– (1.872)
Outras despesas financeiras	–	–	–	(1.421) (1.421)
Total	195	4.001	(1.872)	77.263 79.587

26. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de despesas administrativas da Companhia era de R\$1.389 (R\$988 em 31 de dezembro de 2022). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(1.347)	(1.311)
Serviços de terceiros (*)	(103.328)	(65.080)
Localização e funcionamento	(650)	(1.053)
Publicidade e propaganda	(7.630)	(6.875)
Publicações	(822)	(309)
Doativos e contribuições	(3.730)	(2.007)
Despesas administrativas diversas	(536)	(45)
Impostos	(1.771)	(868)
PIS	(1.502)	(1.244)
COFINS	(9.230)	(7.644)
Taxa de fiscalização	(3.299)	(3.652)
Outras despesas com tributos	(90)	(72)
Total	(133.935)	(90.160)

(*) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A.

27. Outras receitas(despesas) operacionais

A seguir, a composição de outras receitas e despesas operacionais para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com cobrança	(7.688)	(7.660)
Reversão(provisão) para contingências cíveis	(949)	(208)
Reversão(constituição) da Provisão para riscos de créditos	(267)	(44)
Demais despesas operacionais	(6.340)	(8.061)
Total	(15.244)	(15.973)

28. Demonstração dos cálculos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	166.047	166.047	130.567	130.567	274.568	274.568	217.035	217.035
Adições:	–	–	–	–	12.999	12.999	10.422	10.422
Adição permanente	–	–	–	–	1.672	1.672	–	–
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	–	–	–	–	1.431	1.431	1.888	1.888
Doação e patrocínios indedutíveis	–	–	–	–	2.551	2.551	360	360
Outras provisões	–	–	–	–	997	997	441	441
PIS e COFINS diferido	–	–	–	–	5.203	5.203	–	–
Provisões indedutíveis	–	–	–	–	–	–	6.149	6.149
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	–	–	–	–	1.037	1.037	1.584	1.584
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	108	108	–	–
Exclusões:	(167.075)	(167.075)	(129.859)	(129.859)	(7.200)	(7.200)	(7.003)	(7.003)
Dividendos recebidos	–	–	–	–	–	–	(151)	(151)
Equivalência patrimonial	(167.075)	(167.075)	(129.859)	(129.859)	–	–	–	–
Outras provisões	–	–	–	–	(1.664)	(1.664)	(546)	(546)
PIS e COFINS diferidos	–	–	–	–	(4.522)	(4.522)	(5.203)	(5.203)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	(1.014)	(1.014)	(1.103)	(1.103)
Resultado ajustado	(1.028)	(1.028)	708	708	280.367	280.367	220.454	220.454
Compensação prejuízos fiscais e bases negativas	–	–	–	–	–	–	(6.684)	(6.684)
Lucro após as compensações	(1.028)	(1.028)	708	708	280.367	280.367	213.770	213.770
Alíquotas oficiais	15% – 10%	15% 15% – 10%	15% 15% – 10%	15% 15% – 10%	15% 15% – 10%	15% 15% – 10%	15% 15% – 10%	15%
Despesas com IRPJ e CSLL	–	–	(100)	(44)	(71.327)	(43.370)	(53.851)	(33.380)
Incentivos fiscais	–	–	–	–	2.413	–	1.888	–
Constituição(reversão) de créditos tributários	–	–	(9)	(4)	2.352	1.411	(806)	477
Despesas com IRPJ e CSLL	–	–	(110)	(48)	(66.562)	(41.959)	(52.769)	(33.857)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,08%	0,04%	24,24%	15,28%	24,31%	15,60%

29. Lucro por ação

A Companhia tem uma estrutura societária simples e não possui diluidores, logo, seus lucros básicos e diluídos são iguais.

29.1. Básico e diluído

	31/12/2023	31/12/2022
	166.047	130.409
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em unidades)	88.877.773	88.877.773
Lucro básico e diluído por ações (em R\$)	1,87	1,47

Conselho de administração	
Presidente: Fernando Guerreiro de Lemos	
Demais conselheiros: Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli	
Diretoria	
Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut	
Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo	
Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7	Atuária: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Banrisul Icatu Participações S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=IkvyMrjQ30srkGXl9ZBl%2B%2BEcXiAydNK29roCzbpkhYM%2Fr%2Buo22sjNnM%2BFp65POF>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://verificador.it.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 28/03/2024 00:12:46